

FUSP E FUVEST NASCERAM LIGADAS À REITORIA

Alice Castanheira

Jornalista

*Composição
dos órgãos
dirigentes
é controlada
pelo reitor*



A USP tem fundações diferenciadas das demais, nas quais desponta o grande poder e influência dos reitores: a FUSP e a Fuvest. A primeira é uma fundação privada. A segunda perdeu essa condição há três anos, por orientação do Tribunal de Contas do Estado (TCE), tornando-se uma fundação pública.

Em dezembro de 1991, durante reunião do Conselho Universitário, surgiu a idéia de se criar uma entidade que pudesse “oferecer meios necessários à adequada mobiliza-

ção de recursos humanos e materiais para o atendimento das finalidades estatutárias da USP”. Seis meses depois, mais precisamente em 10 de junho de 1992, criava-se a Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo (FUSP), em cerimônia realizada no gabinete da Reitoria por escritura pública registrada no 3º Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Capital.

A FUSP administra anualmente cerca de R\$ 25 milhões de recursos aplicados em projetos desenvolvidos pelas unidades. Os demonstrativos relativos ao exercício de 2000 ainda não estão prontos. Em 1999,

a entidade encerrou o ano com superávit líquido de R\$ 860.679,58 contra R\$ 910.570,10 registrado no ano anterior.

De acordo com seus estatuto e regimento, o Conselho Curador da FUSP é constituído por nove membros, sendo o reitor o seu presidente nato. A diretoria resume-se a quatro cargos. Os membros da diretoria e Conselho Curador não são remunerados. Os funcionários são 28.

A fundação administra projetos de cursos, pesquisa e desenvolvimento realizados nas diversas unidades da USP através de convênios

e contratos firmados com órgãos públicos federais, estaduais e municipais, além de empresas e instituições privadas.

Segundo a entidade, os equipamentos adquiridos no âmbito desses convênios e contratos de prestação de serviços são transferidos às unidades da USP mediante doação autorizada pelo Conselho Curador e pelo Ministério Público Estadual. Atualmente, o patrimônio da FUSP inclui dois imóveis na avenida Afrânio Peixoto, números 14 e 30 (onde funciona a sua administração) e bens móveis, como equipamentos de computação.

Também a Fundação Universitária para o Vestibular (Fuvest) foi criada por um reitor, Orlando Marques de Paiva, em 1976. O TCE entendeu que, por destinar-se exclusivamente à preparação e aplicação de vestibulares, a Fuvest deveria tornar-se uma fundação pública, o que ocorreu a partir de 1997.

A principal mudança foi a adequação às exigências da Lei 8.666 (Lei das Licitações). “Tivemos que adequar todo o procedimento ao novo regulamento. Antes de efetuarmos qualquer serviço ou contratação, é preciso fazer tomada de preços e licitação”, explica o professor Roberto Celso Fabrício Costa, diretor da Fuvest, docente do Instituto de Matemática da USP há 36 anos.

A Fuvest é constituída de um Conselho Curador de oito membros, todos indicados pelo reitor da USP e com mandato de quatro anos. Esse órgão elege a diretoria executiva (diretor, vice-diretor e diretor-financeiro, todos com man-



Professor Fabrício Costa

***Fuvest recebeu
R\$ 7,25 milhões
pelo vestibular 2001***

dato de seis anos). Os diretores recebem *pro-labore*, além dos vencimentos da universidade. A Fuvest tem 13 funcionários contratados.

A receita anual da fundação, explica Costa, é o resultado do número de alunos inscritos no vestibular multiplicado pelo valor da taxa de inscrição. Em 2000, na inscrição para o vestibular de 2001, a Fuvest cobrou taxa de R\$ 50 e recebeu 145 mil inscritos, o que representa uma receita de R\$ 7,25 milhões. “Esse dinheiro é recebido em setembro e aplicado no banco. Ao longo do ano, a entidade vai gerenciando a receita de acordo com as previsões de gastos, que acontecem em três momentos: período de inscrição, primeira e segunda fase do exame”.

Como o valor da taxa de inscrição está congelado há três anos, a Fuvest não está conseguindo equilibrar a relação receita/despesa e hoje acumula um prejuízo de R\$ 1 milhão, informa Costa. “A Fuvest

não recebe um tostão da USP. Pelo contrário, a entidade repassa 5% da sua receita anual, que vai para um fundo de pesquisa da universidade”. Em 2001, o repasse foi de R\$ 362 mil. A Fuvest, afirma seu diretor, nunca teve as contas rejeitadas pelo TCE: “Tivemos contas aprovadas com ressalvas, que foram corrigidas posteriormente”.

Mesmo acumulando prejuízo, a Fuvest goza hoje de uma situação privilegiada. Há dois anos, a entidade investiu R\$ 4 milhões na construção da sede própria, que funciona ao lado da entrada principal do campus da Cidade Universitária. Até 1998, a fundação utilizava as instalações do antigo prédio da Reitoria. A Fuvest não paga Imposto de Renda e Cofins. Neste ano, pagou R\$ 4 mil de IPTU. Quando presta serviços eventuais, recolhe ISS.

Costa prefere não entrar na polêmica sobre a necessidade ou não da existência de fundações na USP. “A palavra fundação compreende um leque muito grande de objetivos e intenções”. No entanto, para ele, o crescimento desordenado das fundações seria uma conseqüência dos baixos salários e de cortes sucessivos nos orçamentos da universidade.

“Há casos em que o professor vai para a fundação para fugir da burocracia do serviço público. Em outros, o que está em jogo é o interesse próprio e isso só acontece porque não há controle”. Para ele, a única maneira de resolver a polêmica que envolve os “caixas” das fundações seria tornar públicos os balanços anuais das entidades. “Se tiver alguma coisa errada, o pessoal descobre. Não há o que temer”. RA